

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE

PLANO DE AÇÃO PARA UMA DÉCADA COOPERATIVA

JANUARY 2013



PLANO DE AÇÃO PARA UMA DÉCADA COOPERATIVA

Este relatório foi escrito sob a direção do Grupo de Trabalho da Aliança Cooperativa Internacional por Cliff Mills and Will Davies, Centre for Mutual and Employee-owned Business, University of Oxford.

SÃO MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO:

Dame Pauline Green

Coordenador – Presidente, Aliança
Cooperativa Internacional

Mark Craig

Co-operative Group (UK)

Zhang Wangshu

All China Federation of Supply and
Marketing Co-operatives (China)

Stéphane Bertrand

Desjardins (Canada)

Nelson Kuria

CIC Insurance Group (Kenya)



CLIFF MILLS

Cliff Mills trabalha em assuntos legais e de governança de cooperativas, mútuas e outras organizações de pessoas. Escreveu os estatutos de muitas das principais cooperativas retalhistas do Reino Unido e trabalhou no desenvolvimento de novos modelos de cooperativas e mútuas de serviços públicos. Teve um importante papel nos trabalhos preparatórios da futura lei cooperativa do Reino Unido.

Para lá de ser Senior Research Associate no Oxford Centre for Mutual and Employee-owned Business, Cliff é Principal Associate de MUTUO, e consultor de Capsticks Solicitors LLP and Cobbetts LLP.

DR WILL DAVIES

Will é Professor Assistente do Centre for Interdisciplinary Methodologies, University of Warwick. É investigador de sociologia económica e política económica. É autor de vários relatórios sobre mutualismo, incluindo *Reinventing the Firm* (Demos, 2009), *Bringing Mutualism Back into Business* (Policy Network, 2010) e *All of Our Business* (Employee Ownership Association, 2012). Contribui regularmente para os media e debates políticos sobre propriedade e mutualismo, e escreveu para o *The Financial Times*, *The New Statesman*, *Prospect*, the BBC e *The New Left Review*.

Will foi Academic Director do Centre for Mutual and Employee-owned Business até Setembro de 2012. Dr Ruth Yeoman é o atual detentor do posto e deu assistência na finalização do Plano de Ação.

CONTEÚDO

INTRODUÇÃO	01
OBJETIVO DO DOCUMENTO	03
RESUMO DA ESTRATÉGIA DO PLANO DE AÇÃO	04
CAPÍTULO 1 Participação	07
CAPÍTULO 2 Sustentabilidade	13
CAPÍTULO 3 Identidade	19
CAPÍTULO 4 Enquadramento Legal	25
CAPÍTULO 5 Capital	31
CONCLUSÃO	35
NOTAS	39
DECLARAÇÃO SOBRE A IDENTIDADE COOPERATIVA	41

INTRODUÇÃO



Em 2009, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou 2012 como Ano Internacional das Cooperativas das Nações Unidas¹.

Neste momento da segunda metade de 2012, após cinco anos de turbulência financeira, as economias mais desenvolvidas do mundo permanecem num estado de crise para o qual não existe saída aparente, e as economias em desenvolvimento sofrem entraves na sua procura de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Em muitas nações, os governos estão em recessão, reduzindo as suas despesas sociais e públicas, deixando os cidadãos ainda mais vulneráveis à crise económica. Noutros, as desigualdades continuam a crescer porque o poder económico em mutação radical leva a graves consequências sociais. Numa altura em que se parece desenhar um movimento de deslocação do poder económico de Oeste a Este, o modo como as instituições políticas devem ser reformadas para fazer face à agitação social crescente, à estagnação económica e à insegurança que se avizinha permanece fluido.

No meio desta incerteza e sofrimento, as cooperativas podem oferecer alguma esperança e clareza de orientação aos cidadãos por todo o mundo. Único caso entre os modelos

2012 ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS

“As cooperativas relembram à comunidade internacional que é possível prosseguir ao mesmo tempo viabilidade económica e responsabilidade social”. *Ban Ki-moon, Secretário Geral da ONU*

Os objetivos das Nações Unidas para o Ano Internacional das Cooperativas são os seguintes:

- Aumentar a sensibilização do público para as cooperativas e para o seu contributo para o desenvolvimento socioeconómico e cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.
- Promover a criação e crescimento das cooperativas.
- Encorajar os governos a estabelecer políticas, legislação e regulamentação propícias à criação, crescimento e estabilidade das cooperativas.

“raramente foi mais forte a argumentação a favor das cooperativas”

empresariais, as cooperativas fornecem recursos económicos sob controlo democrático. O modelo cooperativo é comercialmente eficiente e uma eficaz forma de fazer negócios que cobrem um largo espetro das necessidades humanas, dos horizontes temporais e dos valores subjacentes à tomada de decisões. É uma abordagem que funciona, quer numa pequena, quer numa grande escala. O movimento cooperativo é universal, oferece milhares de empregos em todo o mundo. As cooperativas desenvolvem a participação, podem construir autoconfiança e resiliência, e criar capital social. As instituições cooperativas criam segurança a longo prazo; são

duradouras, sustentáveis e bem sucedidas.

Este é um momento de oportunidade histórico para o setor cooperativo. Com instituições políticas de muitas nações lutando para se manterem a par da situação mundial em mudança rápida, é essencial que os cidadãos se tornem cada vez mais capazes, empreendedores e cooperativos, de forma a fazer face à mudança enquanto comunidade mundial. Raramente a argumentação em favor das cooperativas foi mais forte que em 2012. Mas a menos que exista uma ação concertada nos próximos anos, não conseguiremos responder ao desafio.

Em 2020, a pobreza terá aumentado, a situação dos jovens ter-se-á deteriorado, e o aquecimento global produzirá impactos mais frequentes na vida diária. Em 2020, teremos de ser capazes de voltar a olhar para 2012 como representando o ponto de viragem no ideal cooperativo, e o contributo que deu para a segurança, bem estar e felicidade das pessoas.

- As cooperativas têm um bilião de membros em todo o mundo *Worldwatch Institute, Vital Signs publication, 22/2/2012*
- Na Índia, as necessidades de consumo de 67% dos agregados familiares rurais são supridas por cooperativas *OIT (2011) Cooperatives for people centred rural agriculture*
- 40% dos agregados familiares africanos são membros de uma cooperativa
- As 300 maiores cooperativas tiveram em conjunto resultados de 2 triliões de dólares em 2010 *World Cooperative Monitor: Exploring the Cooperative Economy 2012*

OBJETIVO DO DOCUMENTO

A VERSÃO PRELIMINAR DESTE DOCUMENTO FOI APRECIADA PELA Assembleia Geral da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em Manchester, em outubro de 2012. Após comentários e discussões (refletidas nesta versão) o Plano de Ação foi aprovado pela Assembleia Geral. É agora editado em versão definitiva.

A intenção da Assembleia Geral é a de que o Ano Internacional das Cooperativas das Nações Unidas marque o início de uma campanha mundial que eleve a forma cooperativa de fazer negócio a um novo patamar. O ambicioso Plano – a “Visão 2020” - visa que em 2020 a forma cooperativa de negócio se torne:

- O líder reconhecido em sustentabilidade econômica, social e ambiental;
- O modelo preferido pelas pessoas
- O tipo de empresa de mais rápido crescimento.

A Visão 2020 procura partir das realizações do Ano Internacional das Cooperativas e da resiliência demonstrada pelo movimento cooperativo desde o grande colapso financeiro. Ao prosseguir a estratégia delineada neste



“o Ano Internacional das Cooperativas deu grande visibilidade ao setor”

Plano de Ação, procuramos fazer de 2011/2020 uma década de crescimento garantido.

O Ano Internacional das Cooperativas deu grande visibilidade ao setor. Fez ressaltar a sua característica de propósito partilhado, ilustrada pela gama de atividades e celebrações do Ano Internacional, pelo número de conferências internacionais e cimeiras, realizadas por todo o mundo, de que saíram declarações consensuais², bem como a disseminação aceite pelas cooperativas de todo o mundo do logótipo do Ano Internacional 2012. Fez realçar a visibilidade cooperativa para lá dos limites do setor, na sociedade civil e nos governos e organizações intergovernamentais.

São resultados significativos, que têm de ser vistos no contexto das tendências emergentes dominantes que modelarão as formas políticas, sociedades e economias do futuro próximo³. Algumas das mais cruciais Tendências Globais são:

- Degradação ambiental e esgotamento de recursos
- Setor financeiro instável

- Crescente desigualdade
- Crescentes disparidades na governança global
- Uma geração mais jovem que parece privada dos seus direitos
- Falta de confiança nas organizações políticas e económicas

As cooperativas já contribuem significativamente para aliviar estes prementes problemas mundiais. Mas com apoio apropriado e maior compreensão e reconhecimento, podem contribuir muito mais. Por isso acreditamos que as prioridades maiores são levar cada vez mais pessoas a conhecer a forma cooperativa de empresa, fornecer às pessoas instrumentos e apoio para criar, financiar e desenvolver cooperativas sustentáveis, e remover barreiras que se achessem no seu caminho.

O objetivo deste documento é propor um Plano de Ação para a Década Cooperativa, oferecendo uma orientação clara para os próximos anos. O desafio para a ACI, organizações nacionais, grupos setoriais e membros individuais reside agora em implementar este Plano de Ação.

RESUMO DA ESTRATÉGIA DO PLANO DE AÇÃO

O ponto de partida da estratégia para um futuro cooperativo global é a reclamação poderosa feita pelas cooperativas ao mundo exterior: temos uma forma de empresa que é, a um tempo, melhor, e capaz de oferecer à economia global um maior equilíbrio face ao presente domínio de um único modelo.

- As cooperativas são melhores porque oferecem aos indivíduos **participação**⁴ em função da propriedade, tornando-os inerentemente mais empenhados, mais produtivos e, ao mesmo tempo, mais úteis e relevantes no mundo contemporâneo. O objetivo é elevar a participação pela filiação e governança a um novo patamar.
- As cooperativas são melhores porque o seu modelo negocial cria maior **sustentabilidade** económica, social e ambiental.
- As cooperativas são melhores porque são um modelo negocial que põe as pessoas no cerne do processo decisório económico e permitem um jogo mais limpo na economia mundial. O objetivo é desenvolver a nossa identidade externa.

Os capítulos 1 (Participação) e 2 (Sustentabilidade) explicam porque razão proporcionam as cooperativas uma melhor forma de fazer negócio. O capítulo 3 delinea, depois, a proposta cooperativa para o presente: o que significa ser-se cooperativa e quais as características definidoras ou “núcleo duro”.

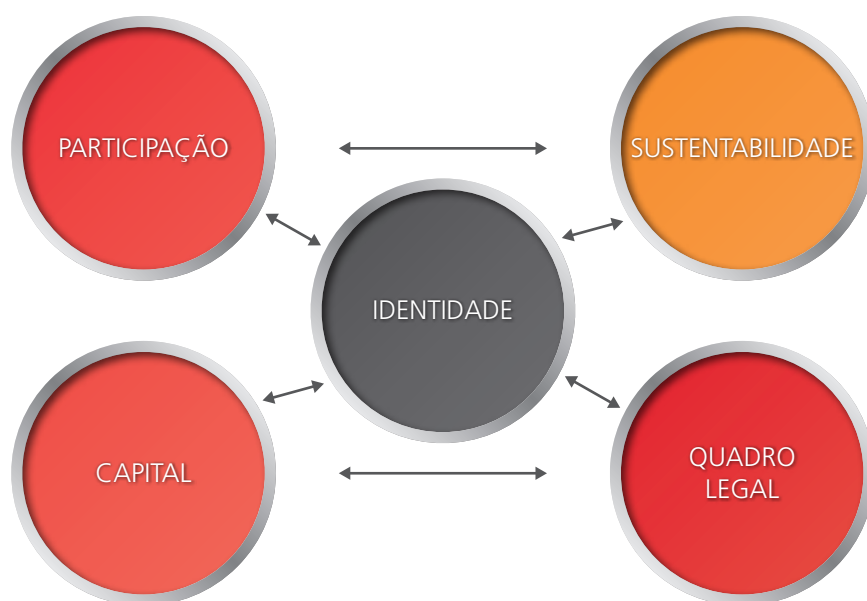
- Isso é observável através da lente da **identidade** – definida

pelos valores fundamentais e princípios cooperativos, e que tem de ser comunicada através de uma poderosa e distintiva mensagem, que assegure que as cooperativas sejam vistas e compreendidas por todos, dos decisores políticos ao público em geral. O objetivo é, por isso, construir a mensagem cooperativa e garantir a observância da identidade cooperativa.

Com o valor intrínseco e respeito pelo modelo cooperativo claramente estabelecido, com uma distinta identidade cooperativa e um propósito detalhado, a atenção vira-se nos capítulos 4 e 5 para o que facilita ou trava as cooperativas.

- Em cada sistema jurídico, as cooperativas inserem-se num quadro legal. Este quadro desempenha um papel determinante na viabilidade e existência das cooperativas. O Plano de Ação procura garantir **quadros legais** que apoiem o crescimento cooperativo.
- As cooperativas devem poder aceder a **capital** se quiserem criar-se, crescer e prosperar. O objetivo é garantir capital cooperativo de confiança mantendo o controlo pelos membros.

São estes os 5 temas interligados e sobreponíveis da estratégia do Plano de Ação, ilustrados da seguinte forma:







Para prosseguir a Visão 2020, a estratégia do Plano de Ação leva a que nos concentremos nestes 5 temas interligados, e estabeleçamos estratégias de implementação para cada um deles. O programa prioritário para a ACI, seus membros e movimento cooperativo em geral é aqui delineado:

- 1 Elevar a **participação** e a governança dos membros a um novo patamar
- 2 Posicionar as cooperativas como construtoras da **sustentabilidade**
- 3 Construir a mensagem cooperativa e garantir a observância da **identidade** cooperativa
- 4 Assegurar **quadros legais** facilitadores do crescimento cooperativo
- 5 Garantir **capital** cooperativo de confiança, mantendo o controlo pelos membros.

Cada um destes temas representa uma área prioritária para a ACI, seus membros e mais amplo setor cooperativo. Cada capítulo deste documento fecha com algumas ações possíveis e indicativas que poderão ser desenvolvidas para alcançar os objetivos. Cabe à ACI, sua Direção, membros, regiões, organizações setoriais e redes decidir que ações são necessárias para implementar a Estratégia, e regularmente avaliar o progresso e impacto num vasto conjunto de fatores sociais, ambientais e económicos. Pelo trabalho conjunto nestes temas a comunidade cooperativa pode coletivamente executar a Visão 2020.

Na esteira do Ano Internacional das Cooperativas, quer-se que este Plano de Ação dê à ACI e seus membros uma visibilidade maior nas futuras atividades, assentes em objetivos ambiciosos.

1. PARTICIPAÇÃO



“ELEVAR A PARTICIPAÇÃO E A GOVERNANÇA DOS MEMBROS A UM NOVO PATAMAR”

A participação democrática dos membros é a característica mais conhecida do modo cooperativo de empresa, e o que principalmente as distingue das empresas tradicionais.

O membro individual tem um papel a desempenhar que ultrapassa a relação económica básica de cliente, trabalhador ou produtor. Os membros detêm coletivamente a cooperativa, e através de compromissos democráticos participam na sua governança. Individualmente têm um direito a ser informados, uma voz, e representação. Neste Plano de Ação usamos a palavra “participação” como termo genérico para designar o conjunto desses direitos.

Provas sólidas mostram que atribuir uma voz aos consumidores e trabalhadores no seio das organizações, cria uma melhor, mais inteligente e reativa forma de empresa⁶. As cooperativas de consumidores e de crédito reduzem a pobreza e contribuem positivamente para o desenvolvimento das competências, educação e igualdade de género⁷.

Mais altos níveis de empenhamento dos trabalhadores e maior eficácia no processo decisório conseguem-se pela filiação dos trabalhadores, porque as estruturas democráticas próprias das cooperativas permitem que a participação individual leve a uma influência real na empresa através de uma autoridade democraticamente legitimada. A tradição cooperativa de participação democrática nos locais de trabalho permite aos indivíduos desenvolverem capacidades e confiança para participarem nas suas comunidades e sociedades⁸. As cooperativas são locais de aprendizagem sobre como participar no processo decisório e, como tal, geram um serviço público que ultrapassa o seu imperativo económico. Assim, a participação democrática nas cooperativas apoia, quer melhores decisões comerciais, quer comunidades mais fortes.

OS SETE PRINCÍPIOS COOPERATIVOS⁹ – APLICADOS

A empresa cooperativa

O indivíduo cooperativo

As pessoas podem entrar – e sair

Posso encontrar um interesse comum com outros se estiver aberto às suas necessidades e me comportar de forma a que os leve a cooperar comigo

A sua voz será ouvida

Porque tenho uma voz igual no que sucede, ouço e comunico aberta e honestamente

Você controla o capital

Estou atento ao que estamos a tentar fazer em conjunto e as decisões que tomo são guiadas por isso

Em conjunto, são autónomos

Ajudo outros para que se possam ajudar a si mesmos e me ajudem da mesma forma, para que em conjunto possamos controlar melhor o futuro.

Pode desenvolver-se a si mesmo

Estou interessado em aprender deles e dos que estão à minha volta para que possa comportar-me de forma mais cooperativa

Pode ser mais bem sucedido cooperando com outros que sabem como cooperar

Procuro oportunidades com outros noutros contextos.

Pode fazer algo pela sua comunidade à medida que vai sendo bem sucedido

Estou ciente de que sou parte de um sistema mais vasto e estou comprometido para que o que faço o possa tornar melhor.

O MEU BENEFÍCIO – O SEU BENEFÍCIO

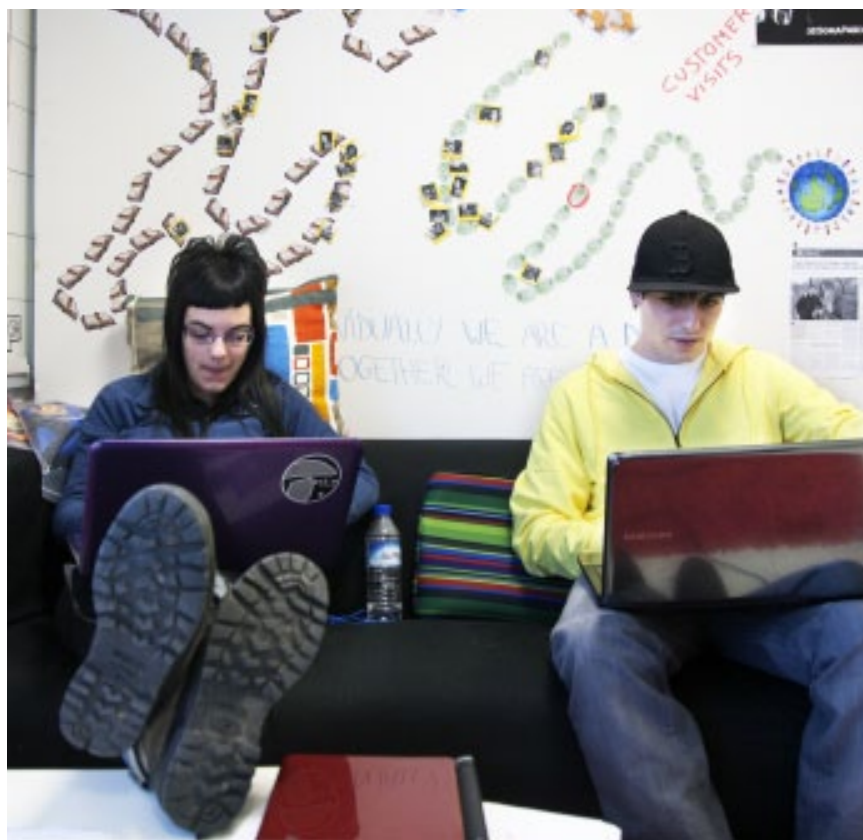
Os pioneiros cooperativos que criaram cooperativas nos séculos anteriores tinham uma visão clara: viam que levando as pessoas a colaborar e trabalhar em conjunto, podiam satisfazer as suas necessidades individuais e coletivas de acesso a bens e serviços, ou trabalhar. Para eles participar era o meio para um fim, não um fim em si mesmo. Envolveram-se ou empenharam-se para satisfazer as suas necessidades: era parte do processo de consolidar a sua cooperativa e fazê-la funcionar melhor.

O contemporâneo mundo consumista das economias desenvolvidas é muito diferente. Através de modernos meios de transporte, multiplicidade de fornecedores em competição, e mais recentemente o poder da internet, a falta de acesso foi substituída em muitos casos por ampla gama de escolhas. Prevalece uma cultura consumista. Isso, não apenas remove a necessidade de iniciativas de autoajuda a nível comunitário, mas a nível individual tem tendência de nos tornar apáticos, complacentes, ou apenas totalmente preguiçosos. Desencoraja a participação cívica,

e encoraja a prossecução do prazer pessoal e satisfação.

A crise financeira global e o falhanço das economias desenvolvidas e suas instituições em satisfazer as necessidades dos seus cidadãos, mudaram dramaticamente a paisagem atual. Com crescente desigualdade, e colapso da confiança nas instituições comerciais,

governamentais e até religiosas, recostarmo-nos e esperar que alguém venha resolver os problemas parece que não pode continuar. A análise referida das Tendências Globais identifica como primeira das três tendências globais “o empoderamento dos indivíduos, que contribui para um sentimento de pertença a uma só comunidade humana”¹⁰.



AGENTES DE MUDANÇA

- A emergência global da classe média, interconetada por uma miríade de redes. Como resultado, os cidadãos quererão uma voz mais forte sobre o seu futuro que a das gerações precedentes.
- Consciência crescente de que os pedidos e preocupações das pessoas em muitos países diferentes convergem, com aspirações partilhadas e queixas partilhadas. Isto contrastará consideravelmente com a capacidade dos governos em fornecer bens públicos, nomeadamente os relacionados com a melhoria da qualidade de vida, criando um fosso nas expetativas.
- Crescente pressão da sociedade civil para a participação direta na arena política. Maior participação e conhecimento, de par com um fosso crescente nas expetativas, pode dar lugar a tensões, revoltas e conflitos. Os movimentos de jovens de 2011 – de cujas fileiras possivelmente emergirão muitos membros da elite do poder de 2030 – estão conscientes dos problemas que enfrenta a democracia representativa.

O contexto é muito diferente. O desencanto e o não empenhamento dos jovens já transparece, à medida que percebem que instituições e sistemas vão herdar, de par com os desafios económicos imediatos que enfrentarão (o “licenciado sem futuro”)¹¹. Dos «Los Indignados» das cidades espanholas, ao movimento mundial «Occupy», existe o que foi descrito por um filósofo americano como o “acordar democrático”¹².

maior organização e transparência horizontal.

As cooperativas não necessitam de – e não devem – abandonar a sua definição de participação pelo voto; mas se não permanecerem abertas a novas formas de participação e empenhamento e com vontade de inovar, podem perder oportunidades de inspirar e envolver a nova geração de membros. Acresce que, se arriscam a parecer mais lentas e

alcançar maior eficiência negocial. A colaboração participativa envolvendo estes e outros importantes grupos em setores particulares (como prestadores de cuidados, parentes, residentes locais, grupos de especialistas locais) oferece uma plataforma de exploração de mecanismos mais flexíveis e efetivos para as empresas, embebendo a ideia de coprodução no desenho da própria organização, e dando-lhes uma vantagem competitiva sobre as empresas de interesse único¹⁴.

“participação volta a ser um dos mais valiosos trunfos do setor cooperativo”

Neste contexto, a participação – incluindo mais ampla participação democrática – torna-se um fim em si mesmo, uma forma de enfrentar a acumulação de poder nas mãos de uma pequena elite, e uma via para contestar os métodos obsoletos das gerações precedentes que parecem ter fracassado. Capacita os indivíduos para ter algum nível de influência sobre as coisas que afetam as suas vidas. Tal vai de encontro à necessidade de participação democrática numa ampla gama de instituições de que os indivíduos presentemente se sentem excluídos, e que parece nem sequer prestarem reais contas. Desse modo a participação volta a ser um dos mais valiosos trunfos do setor cooperativo.

Mas as possibilidades de participação e as expectativas que (especialmente) os jovens têm em participar mudaram dramaticamente nos últimos anos¹³. Formas associativas menos rígidas, em rede, têm crescido nos anos recentes, nas quais a divisão entre ‘membro’ e ‘não membro’ está claramente esbatida. A revolução digital, os media sociais e a emergência da governança ‘pós burocrática’ introduzem

com menores respostas quando comparadas, quer a novos movimentos de base em rede como Occupy, quer a empreendimentos guiados por lucros com audiências e consumidores a partir de novas formas interativas.

“uma faceta da mudança das placas tectónicas do poder a nível governamental é a crescente importância dos novos núcleos de governança como o G20”

A função participativa numa cooperativa também está a evoluir nalgumas economias com a emergência de novos tipos de organizações cooperativas, particularmente em áreas de serviço público como a saúde e os cuidados sociais; nas novas tecnologias, nomeadamente nas energias renováveis e outras formas de energia verde; e no uso criativo de tecnologia móvel e wi-fi portátil, levando os serviços financeiros a remotas cooperativas agrícolas e outras. Nestas organizações, utilizadores, trabalhadores e outros trabalham em colaboração para

A participação de base desempenha também um importante papel na própria ACI. Uma faceta da mudança das placas tectónicas do poder a nível governamental é a crescente importância dos novos núcleos de governança como o G20. À medida que os maiores problemas mundiais pedem soluções partilhadas, aumenta

também a importância das instituições multilaterais. A ACI é uma dessas instituições. Deve a sua existência – bem como a sua legitimidade e autoridade – ao bilião de cooperadores de base nas cooperativas de todo o mundo, e à participação das suas cooperativas nos organismos nacionais. Alimentar a participação de base fortalece assim a legitimidade e autoridade quer na linha da frente das organizações cooperativas, quer também, e particularmente, nos seus organismos representativos como a ACI.

O OBJETIVO

O propósito é elevar a participação social e a governança a um novo patamar, e fazê-lo realçando os aspectos práticos da participação:

- Centrando-nos especifica e diretamente nos jovens adultos, explorando os seus mecanismos de formação e manutenção de relações, e considerando se os mecanismos estabelecidos de participação e envolvimento tradicionais necessitam ser adaptados. O setor cooperativo tem de oferecer boas vindas genuínas aos jovens, convidando-os a ter um papel ativo e a ajudar a moldar o futuro. Devem ser envolvidos na planificação da implementação deste Plano de Ação. Isso implica considerar uma gama de questões. Será que as novas gerações constroem mecanismos próprios de colaboração que levem o setor cooperativo estabelecido a aprender com eles, e a adotá-los? Será que as cooperativas oferecem aos jovens os mais apropriados pontos de acesso? Estarão empenhadas em criar um espaço ou plataforma, que lhes permita construir o futuro? Estarão mesmo a usar a linguagem apropriada?
 - Encorajar, manter e construir a participação fornecendo benefícios e incentivos aos membros.
 - Garantindo apoio para que as cooperativas adotem estratégias de filiação e delas deem anualmente relato. Com as cooperativas servindo comunidades diversificadas e extensas, o setor cooperativo tem interesse em manter alguns padrões de garantia de filiação representativa, quer defensivamente para que não pareça exclusivo, e proativamente por forma a ir de encontro às necessidades humanas, bem como à construção da empresa. Boas práticas para desenvolver a filiação são, não apenas consistentes com a observância do 5º Princípio Cooperativo (Educação, formação e informação) e do 7º Princípio (Preocupação pela comunidade), mas também algo através do qual as cooperativas demonstram a sua excelência, distinguindo-se de outras formas de organização.
 - de participação (ex. membros, apoiantes, seguidores) são apropriados ou não neste contexto.
 - Garantindo a sua liderança na inovação em contexto de organização do trabalho que inclui práticas de coprodução e gestão de recursos humanos. Através das vantagens da participação de assalariados-membros no processo decisório e na partilha de informação, as cooperativas podem e devem enfrentar a pressão competitiva das empresas privadas.
 - Enquanto iniciativa separada e ligada ao tema do capital adiante abordado, investigando uma forma mais limitada de participação para fornecedores de capital, que não sabote ou prejudique a natureza cooperativa.
- Isto é considerado um objetivo ao mesmo tempo importante e legítimo para ser prosseguido pela ACI, e uma parte importante do seu papel. É função dos

“isto é considerado um objetivo ao mesmo tempo importante e legítimo para ser prosseguido pela ACI”

- Dirigindo a inovação na participação democrática, empenhamento e envolvimento, e identificando, disseminando e garantindo boas práticas. Isso inclui desenvolver boas práticas na comunicação, tomada de decisões, reuniões (físicas e virtuais) e abertura. Inclui também explorar formas de
- Explorando os parâmetros da filiação tradicional, considerando como outras formas de participação inovativas e tradicionais (tal como comentários, conversações e debates, empenhamento via media sociais) estabelecem ou podem estabelecer interfaces com os filiados, e se diferentes níveis
- organismos nacionais e da ACI levar a cabo iniciativas que apoiem as cooperativas no longo prazo. Todos deviam fazer coisas que ajudassem a criar cooperativas de sucesso e sustentáveis, e que alimentassem e acarinhassem os cooperadores individuais no seu dia a dia.

COMO PODE O OBJETIVO SER ALCANÇADO?

Como adiante explicado nas conclusões, a responsabilidade por planejar a implementação é partilhada por todo o setor cooperativo. Contudo, para dar uma indicação de algumas das ideias já discutidas na ACI, e fomentar a discussão, mas sem pretender ser prescritivo ou impositor de restrições nesta fase, oferecem-se as seguintes ideias.

IDEIAS POSSÍVEIS OU INDICATIVAS

- Encontrar novas formas de **'juntar'** cooperadores no setor cooperativo para criar redes de cooperadores.
- Reunir e compilar informação sobre **boas práticas**; procurar e partilhar as melhores ideias, nomeadamente nas áreas da idade e igualdade de género; identificar tendências negativas ou prejudiciais, ajudar a expor más práticas e desenvolver instrumentos e técnicas para as melhorar.
- Reunir e compilar informação que demonstre como esses exemplos de boas práticas estão positivamente ligados ao **forte desempenho** numa vasta gama de indicadores, por exemplo, sucesso financeiro, envolvimento dos trabalhadores, empenhamento social e sustentabilidade ambiental.
- Trabalhar com jovens adultos e jovens e a indústria dos **media sociais** para explorar a motivação das gerações jovens no que diz respeito a atividades de colaboração ou afinidade; como é que a comunicação e a formação de relações estão a mudar on line e off line; examinar as práticas desenvolvidas por movimentos recentes.
- Examinar e desafiar as práticas existentes de **democracia cooperativa**, reunindo provas de práticas inovadoras, encorajando avaliações de abordagens alternativas e coligindo informação.
- No que respeita à participação de **membros investidores não utilizadores**, reunir provas de modelos e práticas existentes (ver adiante).
- Empenhar as **cooperativas do Global 300** a fortalecer a visibilidade do sucesso e impacto cooperativo e amplificar a voz cooperativa, por exemplo através de uma Mesa redonda de Líderes.

“amplificar a voz cooperativa, por exemplo através de uma mesa redonda de líderes”



2. SUSTENTABILIDADE



“ POSICIONAR AS COOPERATIVAS COMO ARQUITETAS DE SUSTENTABILIDADE ”

Os tradicionais modelos de empresa atravessam uma crise de sustentabilidade, em termos económicos, sociais e ambientais. A crise financeira tem sido um exemplo épico dos perigos de valorizar ganhos de muito curto prazo em detrimento de viabilidade a longo prazo. O modelo dominante de capitalismo das últimas três décadas foi ainda acompanhado de crescentes níveis de desigualdade, transformados em menores níveis de ‘capital social’ e bem estar¹⁵. Entretanto, a procura de ‘valor para os acionistas’ das sociedades implica muitas vezes sacrificar a proteção ambiental, como o demonstra o caso da maré negra da BP no Golfo do México (ver encarte).

Estas crises derivam, todas, de um modelo de empresa que coloca o retorno financeiro à frente das necessidades humanas, um modelo que procura privatizar os lucros e socializar as perdas. Como o demonstra o guru da Harvard Business School, Michael Porter, o futuro pertence às empresas que investem em ‘valor partilhado’, isto é, que têm em conta corretamente o seu impacto nos clientes, ambiente, empregados e no futuro.¹⁶

“Sustentabilidade em sentido lato é a capacidade de suportar, manter e resistir. Desde os anos 1980 a sustentabilidade humana tem sido ligada à integração das dimensões ambiental, económica e social na fiscalização global e gestão responsável de recursos”.¹⁷ As cooperativas sempre atuaram

de forma a permitir às pessoas que acessem aos bens e serviços sem serem exploradas. Tal significou negociar de acordo com uma série de valores assentes no que hoje se chama desenvolvimento sustentável. Ao centrarem-se nos valores humanos, as cooperativas respondem às crises de desenvolvimento sustentável de hoje e oferecem uma forma distinta de “valor partilhado”. Muito simplesmente a cooperativa é uma procura coletiva de sustentabilidade. As cooperativas procuram ‘otimizar’ os resultados para todos os intervenientes, sem procurar ‘maximizar’ os benefícios de um só deles. Construir um desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável deveria constituir uma das motivações e justificações principais para o crescimento do setor cooperativo.



Oferece uma resposta à questão de saber porque é que as cooperativas são necessárias e benéficas nestas circunstâncias históricas. Em termos simples, as cooperativas são mais eficazes, se tomarmos em conta uma amostra maior de custos e benefícios (presentes e futuros), que os tradicionais modelos de empresa.

A ACI deve desempenhar um papel preponderante na definição de uma visão de economia cooperativa, que valorize os resultados a longo prazo e a repercussão custo/benefício. Ao mesmo tempo, deve apoiar-se nas competências e melhores práticas externas ao setor cooperativo, para expor e medir as diferentes formas de valor que as cooperativas produzem para a sociedade, e que o modelo capitalista dominante produz de modo dramaticamente insuficiente. Este capítulo delineia uma estratégia para aí chegar.

Os onze trabalhadores que morreram no poço que explodiu, e os 4,9 milhões de barris de petróleo derramado, estão a desaparecer da memória. Os prejuízos de curto prazo não foram tão catastróficos como temido, e o impacto de longo prazo – os efeitos do petróleo sobre a cadeia alimentar da vida marinha do golfo – ainda não é conhecido. Contudo, os relatórios de ano transato e os livros editados no aniversário do desastre fornecem uma mina de dados que revela ,que a indústria petrolífera e de gás natural é tão imprudente e irresponsável como os bancos, demasiado grandes para falharem e que estiveram na origem da crise financeira de 2008. O desastre da BP revelou os mesmos problemas – regulamentação governamental laxista, lucros corporativos apesar dos riscos, imprensa complacente – que caracterizaram a crise financeira. Grandes bancos e grandes petrolíferas têm mais em comum que o tamanho.

“Que aconteceu no Poço Macondo”, New York Review of Books, 29 setembro de 2011

O OBJETIVO

Embora existam exceções locais, sustentabilidade não é um termo que esteja universalmente associado às cooperativas. Isso tem de mudar até 2020 – posicionar as cooperativas como arquitetas da sustentabilidade. O setor cooperativo precisa demonstrar convincentemente que a sustentabilidade está na natureza intrínseca das cooperativas, e que a empresa cooperativa contribui positivamente para a sustentabilidade de três maneiras:

- **Económica:** Está largamente provado que a diversidade de formas de propriedade contribui para um setor financeiro mais estável no seu conjunto.¹⁸ A empresa detida por investidores esteve no cerne da crise financeira, com dirigentes a agir no seu próprio interesse e no de um pequeno grupo de acionistas. Fora dos setores dos próprios serviços financeiros, constata-se uma crescente inquietude de que a promoção do ‘valor para o acionista’ não comprometa o potencial produtivo a longo prazo das sociedades.¹⁹

As cooperativas têm neste ponto numerosas mensagens a partilhar. Primeiro, as cooperativas financeiras agem no interesse dos seus membros e não no dos acionistas. Prosseguem um ‘valor para os intervenientes’, o que as torna por definição menos arriscadas. Há sólidas provas que indicam que as cooperativas contribuem para uma maior estabilidade e perenidade financeira.²⁰

Em segundo lugar, ao centrar a atividade da empresa nos serviços e bens humanos, mais do que sobre o lucro, as cooperativas não sofrem o mesmo problema de ‘financiarização de curto prazo’ que aflige todos os tipos de sociedades financeiras e não financeiras. Doutro modo, não sofrem do problema de ‘financiarização’ que afligiu o capitalismo nos últimos vinte anos, em que o rendimento financeiro foi o principal indicador de uma boa gestão. Pela sua natureza e forma de propriedade são menos capazes de reduzir a qualidade

de produtos e serviços na procura do lucro. Por isso, melhoram a diversidade e ecologia global das formas de empresa, introduzindo uma verdadeira escolha na maneira de negociar.²¹ Nas economias em desenvolvimento, desempenham um papel principal no desenvolvimento económico, direta e indiretamente, bem como encorajam a introdução de novas tecnologias (ver encarte).

- **Social:** Entre as externalidades negativas geradas pelo capitalismo contemporâneo, que o Estado é muitas vezes chamado a tratar, encontramos os problemas sociais associados

ao individualismo e à desigualdade. Alguns deles envolvem desnecessariamente sofrimento humano, tal como o medem crescentemente economistas da felicidade e os inquêritos sobre o bem estar. Outros geram custos financeiros para os governos, quando se manifestam sob forma de problemas de saúde e criminalidade. O estudo do ‘capital social’ sugere que as sociedades com elevado nível de associações de membros têm uma melhor situação económica, e gozam de mais altos níveis de confiança e participação democrática.²²

“Chegámos a um ponto em que a propriedade e o controlo dos bancos são geralmente confiados a agentes representando ínfimas partes do balanço, mas operando com incentivos a uma tomada de riscos socialmente ineficaz. Os perdedores da atual crise são evidentes.”
Andy Haldane, Diretor Executivo de Estabilidade Financeira, Banco de Inglaterra. <http://www.irb.co.uk/v34/n04/andrew-haldane/the-doom-loop>

As cooperativas mostram uma tendência para resistir às crises ao longo da história. É de novo verdade na presente crise – bancos cooperativos e caixas de poupança e crédito tiveram um bom desempenho durante a crise bancária. Por ex., o Rabobank cresceu para 42% do seu mercado em 2008 e as suas instituições membros receberam 20% de aumento nos depósitos. O nível de filiação nas caixas de poupança e crédito está a subir desde 2008-2009.
J. Birchall & L. Ketilson (2009) Resilience of the Cooperative Business Model in Times of Crisis. OIT

Canada: 1 em 3 canadianos são membros do sistema de caixas de poupança e crédito (The Globe and Mail, 15/5/2012) e as caixas de poupança e crédito têm uma parte crescente do mercado de depósitos a retalho e hipotecas residenciais, respetivamente 16% e 19% em 2010. (Moody's, relatório do serviço de investimento global bancário 123026, abril 2010). No primeiro trimestre de 2012, Desjardins é a 16ª em 7500 instituições financeiras tomadoras de depósitos na América do Norte e é a 2ª no seu Tier 1 Rácio de Capital, que está a 16%. (Desjardins Group Q1 2012 Financial Report).



As cooperativas contribuem aqui positivamente de duas formas. Primeiro, oferecem serviços sociais aos mais desfavorecidos. O alcance das 'cooperativas sociais' varia de país para país, mas é um fenómeno disseminado nalgumas nações, como na Itália e no Japão.²³ As cooperativas não são apenas operadoras de mercado, fornecem também serviços que, senão, seriam fornecidos por uma seguradora privada ou pelo Estado. Onde tal acontece, existe o interesse dos Estados em ajudá-las fiscalmente, especialmente no contexto de visível crise fiscal. Em segundo lugar, filiação e associação são bens em si mesmos, agindo como recursos importantes que levam as sociedades – e as economias – prósperas a se desenvolver.

As cooperativas contribuem para a reserva de 'capital social' de uma nação, em proporções que as empresas privadas não conseguem igualar. As Nações Unidas reconhecem-no, pedindo insistentemente aos governos para encorajar e facilitar a "criação e desenvolvimento de cooperativas, incluindo medidas que visem permitir aos que vivem na pobreza ou pertencem a grupos vulneráveis de, voluntariamente, se empenharem na criação e desenvolvimento de cooperativas".²⁴ Tal é crucial para os países em desenvolvimento. É algo que os leva a apreciar os governos e os decisores, e lhes permite ultrapassar os rivais que maximizam os lucros através de meios compreendidos e mensuráveis.

Estima-se em 250 milhões os agricultores membros de cooperativas nos países em desenvolvimento.

Banco Mundial (2007) World Development Report 2008: Agriculture for Development

No Quênia, as cooperativas empregam 300.000 pessoas e criam indiretamente trabalho para 2 milhões através do financiamento e das oportunidades que criam.

OIT (2012) How women fare in East African cooperatives: the case of Kenya, Tanzania and Uganda

Um estudo da Universidade de Stanford descobriu que as novas tecnologias podem aumentar a sustentabilidade agrícola nos países em desenvolvimento, mas apenas se os agricultores locais e as redes sociais e económicas de que dependem estiverem envolvidos. Um estudo sobre os agricultores do Vale Yaqui, México, descobriu que os agricultores eram mais capazes de recolher informação sobre a implementação de novas tecnologias da sua caixa de crédito e poupança local, que de cientistas. Os investigadores argumentam que os esforços para introduzir novas, mais sustentáveis tecnologias na agricultura devem partir de instituições participativas, como as cooperativas.

Stanford University (2011) <http://news.stanford.edu/news/2011/june/understanding-farmer-networks060211.html>

“as cooperativas contribuem para a reserva de ‘capital social’ de uma nação, em proporções que as empresas privadas não conseguem igualar”

- **Ambiental:** São maiores as provas que demonstram que as cooperativas possuem um excelente balanço ecológico. Há várias razões para tal. Primeiro, enquanto organizações participativas, preocupações sobre futuros resultados económicos simplesmente podem ser veiculadas democraticamente

pelos membros, sem ser necessário fazer contas em termos de retorno do investimento. Segundo, quando as cooperativas possuem interessados múltiplos, diminui a capacidade das empresas em produzir efeitos negativos sobre o ambiente (como dejetos e poluição), se comparadas com um investidor particular.²⁵

Development International Desjardins (DID) trabalha com a Agência Canadense Internacional para o Desenvolvimento e é líder na microfinança, com 8,8 milhões de membros e clientes a nível global e uma carteira geral de 2,5 mil milhões de dólares canadenses. Projetos recentes incluem financiamento à reconstrução no Haiti, uma carteira de empréstimos de 11 milhões de dólares canadenses no Panamá no fim de Dez 2011, apoio a 1700 empreendedores e uma carteira de empréstimos de 7 milhões de dólares canadenses na Zâmbia, onde são responsáveis por 35% do mercado da microfinança.

<http://www.did.qc.ca/en/our-partners/performance-report/>

Um estudo sobre as cooperativas no Sri Lanka e Tanzânia descobriu que a ampla maioria das cooperativas reduziram a pobreza. Prestam ainda uma contribuição positiva noutros domínios extra rendimentos, como capacitação, educação e igualdade de género.

Birchall & Simmons (2009) Cooperatives and poverty reduction: evidence from Sri Lanka and Tanzania. Cooperative College

Na China 91% do microcrédito é cooperativo.
(*Global to Local*)

As Caixas de poupança e crédito oferecem um sistema de entregas que permite às pessoas que trabalham nos países desenvolvidos transferir a custos reduzidos dinheiro para as suas famílias nos países em desenvolvimento, o que é particularmente importante na América Latina.

OIT Sustainable Enterprise Programme: Resilience of the cooperative business model in times of crisis, p.26)



As cooperativas eólicas aumentam de número. O modelo – através do qual comunidades locais fornecem fundos para uma quinta eólica, permitindo-lhes reduzir custos a longo prazo – é popular na Escandinávia, mas alargou-se a outros locais na última década: exemplo 1, na Frísia do Norte, Alemanha, 90% das 60 quintas eólicas são propriedade das comunidades; exemplo 2, a companhia National Wind, fundada no Minnesota em 2003, desenvolve em larga escala projetos eólicos de base comunitária, com uma capacidade agregada de 4.000 MW e procura revitalizar as economias rurais pela promoção de investimentos em renováveis domésticos.

O objetivo de posicionar as cooperativas como arquitetas da sustentabilidade deveria incluir consolidar uma ampla compreensão pública da sustentabilidade económica das cooperativas enquanto empresas. Há tensões contínuas no seio de uma empresa entre interesses económicos, sociais e ambientais, mas através da procura

em satisfazer as necessidades dos cidadãos ordinários, as cooperativas tendem a prosseguir a convergência entre esses interesses. Isso resulta em maior sustentabilidade organizacional.

Finalmente, o objetivo deveria incluir a ambição de as cooperativas globalmente, através da ACI, influenciarem a ordem

geopolítica na área vital em que cada governo luta por estabelecer ou manter compromissos.

COMO ALCANÇAR ESTES OBJETIVOS?

No centro desta estratégia tem de estar um esforço concertado de recolha e publicitação dos dados corretos sobre cooperativas. Isso inclui:

IDEIAS POSSÍVEIS OU INDICATIVAS

- **Inovações em matéria de contabilidade:** o setor cooperativo deve tomar a dianteira. Existem já muitas iniciativas através das quais as empresas, as empresas sociais e as 'charities' são encorajadas a capturar a performance extra financeira, como a «contabilidade de balanço triplo» (TBL), a «abordagem do quadro de avaliação equilibrado, o «retorno social sobre o investimento» (RSI), os «relatórios de impacto social» e a «medição do bem estar».²⁶ Algumas destas tentam reverter os seus diferentes resultados em termos monetários, caso do RSI; os governos também o fazem quando procuram calcular o custo da degradação ambiental. Outros (como as TBL) simplesmente apresentam lado a lado formas rivais de avaliação.

Muitas destas formas de contabilidade são desenvolvidas pelos que trabalham com empresas orientadas pelo lucro, levando-as a desenvolver as suas práticas de relato para além dos dados financeiros. Mas as cooperativas têm muito a ganhar ao apropriarem-se dessa agenda, utilizando-a como meio de demonstração do seu impacto positivo. Há tentativas de desenvolver instrumentos específicos de medida para as cooperativas, mas que necessitam de ser expandidas.²⁷

O uso de auditorias sociais é importante para avaliar as queixas sobre as performances. As cooperativas devem liderar no desenvolvimento de princípios e padrões para tais auditorias, como as empresas privadas o fizeram (e dominam) no desenvolvimento de princípios e padrões para a contabilidade e as auditorias financeiras.

- **Estudo de casos:** A diversidade de formas e objetivos cooperativos é pouco conhecida. Estudo de casos e histórias em primeira mão mostrando os contributos das cooperativas para a educação, comunidades, saúde e outros objetivos públicos são aqui importantes e necessários. Cooperativas de consumidores de energia têm dado um contributo crucial para a mudança para uma economia de carbono reduzido, que necessita de compilação, estudo e comunicação.
- **Recolha de provas:** De forma a demonstrar aos decisores públicos o seu contributo para o desenvolvimento sustentável, a análise económica das 'externalidades positivas' das cooperativas é preciosa. Um certo número de técnicas existe (conhecidas pelo nome de «avaliação contingente») para medir o valor dos bens de não mercado, como a saúde e o ambiente são. Deve pensar-se em conceder à ACI as condições para o estabelecimento de um banco de dados virtual.²⁸

- **Defesa do público:** A mensagem cooperativa não se pode apenas limitar à linguagem do controlo democrático pelos membros. Deve agora ser alargada e incluir de forma consistente uma referência à sustentabilidade, de maneira a suscitar o interesse dos decisores políticos, do público em geral e dos jovens.
- **Tecnologia:** O setor cooperativo devia procurar tornar-se líder no desenvolvimento e uso de tecnologias e sistemas sociais que especialmente contribuam para o bem humano, sem degradarem o ecossistema.
- **Práticas de gestão:** O setor cooperativo necessita fazer mais para desenvolver e promover práticas específicas de gestão que reflitam os valores democráticos e o horizonte de longo prazo do modelo de empresa cooperativo, e que explorem totalmente a potencial vantagem cooperativa.
- **Fortalecer e Integrar a Rede Empresarial Cooperativa:** O setor cooperativo deveria identificar e remover barreiras à intercooperação, incluindo, sempre que possível, a integração de sistemas, como a contratualização, usando o princípio da subsidiariedade.

3. IDENTIDADE

coop
FORUM



“CONSTRUIR A MENSAGEM COOPERATIVA E PROTEGER A IDENTIDADE COOPERATIVA”

Num mundo que sofre de um déficit de democracia representativa e ditadura do curto prazo, as cooperativas demonstram como se podem fazer negócios não apenas de modo diferente, mas melhor – não apenas no seu próprio interesse, mas no do mundo. Contudo, para espalhar esta importante mensagem é necessário clarificar como se devem definir e diferenciar as cooperativas. Isso é importante para o próprio setor cooperativo, por criar um sentimento forte de identidade comum, mas é também importante que uma mensagem cooperativa identificável ou uma «marca» seja difundida, que permita diferenciar esta forma de empresa.

O mercado está cheio de empresas ‘sociais’ ou ‘éticas’. ‘A responsabilidade social das empresas’ e as ‘empresas sociais’ são dois exemplos de como modelos de empresa privada se reimaginaram ou redefiniram, para fins que não a procura de maximizar lucros. A chamada ‘multinacional ética’ e outras empresas mais sinceras já usam a linguagem e mensagens das cooperativas. Onde situar as cooperativas neste contexto? Como tentar adivinhar e passar à frente das multinacionais privadas?

As cooperativas dispõem de uma grande vantagem: os Princípios Cooperativos. As cooperativas não parecem apenas diferentes graças a uma remodelação da imagem – são fundamentalmente diferentes. Os valores vinculativos da participação e sustentabilidade não estão apenas ligados ao modelo de empresa clássico, mas estruturam como são detidas, governadas, geridas e avaliadas. Com consumidores cada vez mais cínicos sobre a ética ‘lavagem verde’ da marca empresarial, as cooperativas têm uma autenticidade que qualquer outro modelo ético de empresa não pode igualar.

Os implicados no setor cooperativo podem argumentar que não há dúvidas sobre o que uma cooperativa é, fornecendo como resposta a Declaração da ACI sobre a Identidade



Cooperativa. Contudo, a extensão em que são aplicados os princípios cooperativos varia consideravelmente de um sistema jurídico ou legal para outro. Daí que, para muitos, os Princípios Cooperativos não ofereçam uma resposta adequada ou uma definição clara. Entre eles os reguladores e decisores políticos, já que certo número procura conselhos sobre o modo de distinguir uma cooperativa ‘autêntica’ de uma ‘não autêntica’, e se preocupa para que as leis sobre cooperativas não sejam «desvirtuadas» com o fim de ganhar partes de mercado e evitar a transparência e a concorrência.

Isso diz também respeito a um público mais vasto de potenciais membros e às jovens gerações, que poderiam ser atraídas para um setor ético e participativo, mas cuja mensagem muitas vezes aparece indistinta num terreno saturado, e que utiliza uma linguagem nem sempre apelativa. Um setor que é fundamentalmente aberto, causa desordem no mercado, e é independente do situacionismo, pelo que necessita de saber como comunicar fortemente esses aspetos às pessoas que instintivamente possam ser atraídos por eles.

O OBJETIVO

O objetivo é construir a mensagem cooperativa e proteger a identidade cooperativa, garantir a autoridade económica moral e uma situação de 'melhores negócios' para as cooperativas. É importante distinguir entre 'identidade' e 'mensagem'. Em termos gerais, 'identidade' designa o que as cooperativas representam para o próprio setor e para os seus membros, como se reconhece a si próprio quando se olha ao espelho; 'mensagem' é a maneira pela qual a identidade é apresentada e difundida no mundo exterior, pela educação, fornecimento de informação, marketing, logótipos e outras formas de comunicação com não membros.



A palavra mais vezes usada para designar essa mensagem é «marca», e no setor cooperativo as pessoas utilizam-na de maneira genérica e falam na construção da «marca» cooperativa. Todavia, o termo «marca» não é neste contexto utilizado com entusiasmo, devido à sua associação com os direitos privados de propriedade intelectual, que são um meio de proteger a sua utilização e envolvem um pagamento apropriado ao proprietário dos direitos. Num sentido mais popular, «marca» está mais relacionada com atributos superficiais, com imagens atraentes para os consumidores. Nenhum destes significados é consistente com um setor cooperativo que acredita em

valores de longo prazo, e que quer encorajar uma generalização do uso sem custos da ideia de cooperativa por todos os que desejam seguir-lhe os princípios.

Dito isto, o setor cooperativo tem um interesse legítimo em procurar preservar a integridade do termo 'cooperativa', de modo a que não seja mal utilizado. A capacidade para o fazer varia consoante os sistemas jurídicos, e para os fins presentes o foco principal reside na projeção de uma mensagem apropriada do que se entende por 'cooperativa' a um mundo que largamente ignora o que ela representa. No seguimento dos dois capítulos anteriores, o Plano de Ação procura projetar a participação e a sustentabilidade através da mensagem cooperativa.

O Ano Internacional das Cooperativas das Nações Unidas e o logótipo que o acompanhou demonstraram os aspetos positivos da difusão de uma mensagem distintiva

única do setor cooperativo, que pode ser difundida em múltiplas esferas. O nome do domínio .coop igualmente fornece oportunidade para uma clara distinção.

As cooperativas necessitam de uma mensagem mais finamente articulada para que as pessoas percebam melhor o que escolhem quando se deparam com a opção entre cooperativa e uma qualquer forma de empresa privada.



Tack och välkommen

Tack
För att du har valt att handla hos oss. Vi är glada att du har valt oss som din butik. Vi arbetar hårt för att ge dig bästa möjliga service och kvalitet. Vi hoppas att du kommer tillbaka igen och igen. Vi är alltid tillgängliga för dig och dina frågor. Vi är alltid tillgängliga för dig och dina frågor. Vi är alltid tillgängliga för dig och dina frågor.

**KOOPERATION
UTINGRÄNSER**

COOP
FÖRENINGEN

Välkommen på besök!
Vi erbjuder ett stort utbud av varor, tjänster och
Egenhet. Vi har ett stort utbud av varor, tjänster och
samtliga varor och tjänster som du kan
och många fler varor och tjänster som du kan
och många fler varor och tjänster som du kan
och många fler varor och tjänster som du kan
och många fler varor och tjänster som du kan
och många fler varor och tjänster som du kan

VISKOGEN

020 7 20202020
Länar på www.viskogen.se

COMO ATINGIR ESSE OBJETIVO?

AÇÕES POSSÍVEIS OU INDICATIVAS

- Não há interesse algum em enfraquecer a Declaração sobre a Identidade Cooperativa, pelo que ela deve ser comemorada. Todavia, os Princípios Cooperativos (incluídos na referida Declaração) em si poderiam utilmente ser enriquecidos mediante **Orientações**, com o fim de se traduzirem em quadros legais (tratado no capítulo 4 seguinte). Desenvolver Orientações implica o estabelecimento de um núcleo duro – por exemplo, qual o mínimo aceitável quando no 2º princípio se diz ‘controladas pelos seus membros’? Sem essas orientações é difícil, senão impossível, que os reguladores possuam uma base para aceitar ou rejeitar um projeto de constituição. Seria igualmente útil fornecer à ACI uma base clara para trabalhar com organismos nacionais e seus governos quando existem dificuldades em manter o núcleo duro.
- As cooperativas devem pensar sobre como são compreendidas, e como se projetam e comunicam com **os jovens**. Garantir o seu interesse e compromisso positivo só pode ser alcançado se forem compreendidas as mudanças na forma de comunicação e estabelecimento de relações entre eles usando tecnologia e media sociais. As relações humanas estão no cerne da cooperativa. Os jovens precisam de ajudar a moldar a identidade e as mensagens.
- As cooperativas devem refletir também sobre o modo



como são compreendidas pelos não membros e meios especializados. A emergência de termos como ‘empresa social’, ‘responsabilidade social das empresas’, ‘propriedade dos assalariados’, ‘inovação social’, ajuda à confusão que reina em torno da diferença real que uma cooperativa faz. As cooperativas não são muitas vezes vistas como suficientemente distintas para serem tratadas de modo diverso em questões como a regulação. A **mensagem** necessita por isso de gestão, se for pretendido que funcione no interesse das cooperativas a longo prazo. Após desenvolver as Orientações, deve desenvolver-se uma fraseologia apropriada concebida do ponto de vista da projeção da mensagem.

- Considere-se permitir o uso do domínio .coop apenas àqueles que satisfaçam as exigências do núcleo duro. Se bem que isso possa levar algum tempo, no final será um testemunho mais visível do que se entende por ‘cooperativa’. A vantagem é que tal atravessa as fronteiras jurisdicionais. Constituirá igualmente uma base para a ACI intervir junto dos governos de países em que a legislação impede a conformação com o núcleo duro, levando à exclusão do uso do .coop, o que poderá ser uma desvantagem competitiva para a sua economia.
- A identidade é também importante para garantir que as cooperativas tenham uma voz no debate político mundial. Haverá que ter em conta a adoção massiva

pelos cooperadores do mundo inteiro de princípios comuns, corroborada por sinal visível da sua observância. A extensão da adoção pelas cooperativas do logótipo do AIC 2012 demonstrou a força da identificação com valores comuns que ultrapassam fronteiras. Deve ter-se em consideração, separadamente do potencial uso do .coop, desenvolver uma **marca comum** que atraia igual adesão à tida pela do AIC 2012.

- O ensino das ideias e tradições cooperativas deve ser incluído nos currículos de todos os graus de ensino. A **educação cooperativa** é a melhor forma de construir uma compreensão da identidade e mensagens cooperativas pela maior possível massa de indivíduos.
- Programas de formação são necessários para explicar a identidade cooperativa aos futuros dirigentes. Tal deve fazer parte de uma mais ampla promoção da identidade cooperativa nas **escolas de gestão e nas organizações profissionais**. Investigação e desenvolvimento de teorias, conhecimento e ideias deveriam ser promovidas e alargadas, pondo a colaborar gestores, práticos e académicos.
- É importante **monitorizar a receção pública** da mensagem cooperativa através de inquéritos ao mercado e grupos focais em diferentes países.
- A **solidariedade entre cooperativas** tem de ser reforçada, levando as cooperativas maiores

“a extensão da adoção pelas sociedades do logótipo do AIC 2012 demonstrou o poder de identificação com valores partilhados para lá das fronteiras nacionais”

a por de lado parte dos seus resultados para apoiar o desenvolvimento de novas e pequenas cooperativas.

- Como exposto nos dois capítulos precedentes, o Plano de Ação propõe que, nos próximos anos, o setor aja de maneira a que as cooperativas sejam **identificadas simultaneamente pela participação e pela sustentabilidade**. Isso inclui o reconhecimento da segurança financeira das instituições de financiamento cooperativas, e do contributo das cooperativas para a segurança mundial.
- Considerar a criação de uma lista do **Património Cooperativo Mundial**, para aumentar a visibilidade do impacto cooperativo ao longo da história moderna.



4. ENQUADRAMENTO LEGAL



“GARANTIR QUADROS LEGAIS QUE APOIEM O CRESCIMENTO COOPERATIVO”

Se pudermos alegar de forma convincente a razão por que são as cooperativas melhores para o interesse a longo prazo do mundo, e se o público compreender melhor o que é uma cooperativa, é razoável pensar que estão criadas as condições para o seu crescimento. Mas isso ocorrerá mais provavelmente, e nalguns casos pode apenas ocorrer, se forem removidas as barreiras ao crescimento. Um desses aspetos é o processo de criação das empresas cooperativas nos diferentes sistemas jurídicos, processo que tem origem nas leis nacionais.

Mas há mais do que isso. Não é incomum a visão de que as cooperativas são uma forma de empresa marginal. Há muitas vezes uma incapacidade de compreensão de como funcionam e das vantagens que fornecem (intensificadas pela quase generalizada falta de abordagem das cooperativas na educação e formação dos que entram no mundo dos negócios). Estes fatores contribuem para infraestruturas financeiras, legais,

e regulamentares concebidas para a mais ampla maioria de empresas orientadas para o lucro e detidas por acionistas, mas que são inapropriadas para as cooperativas nalguns importantes aspetos. São poucos os países com boa legislação para cooperativas.

É importante para as próprias cooperativas resistirem a qualquer tendência para imitar as empresas privadas nas práticas operacionais, de gestão e governança que

não reflitam a especificidade cooperativa. Muitas vezes é a opção mais fácil quando se opera com infraestrutura desenhada para a empresa privada, mas a menos que as cooperativas resistam e combatam pelo apropriado reconhecimento e tratamento correm o risco de, pelo comportamento isomórfico, perder a sua especificidade e vantagens comerciais. Há que nisso apoiar e encorajar os gestores.

A Declaração Final da recente conferência de Veneza²⁹ apelava a um «quadro regulamentar e políticas de apoio que fossem coerentes com a forma cooperativa e que favorecessem o seu desenvolvimento». Este apelo tem antecedentes, nomeadamente a Resolução das Nações Unidas 56/114³⁰ que pedia aos governos (entre outros) para encorajar e facilitar a criação de cooperativas, e tomar medidas apropriadas para criar um enquadramento favorável e propício ao desenvolvimento das cooperativas; e a Recomendação 193 da OIT³¹.

Aspeto importante num quadro legal de apoio é a garantia de que a legislação cooperativa reconhece e protege a identidade cooperativa. Cada sistema jurídico deve balizar a sua legislação de modo a incorporar os princípios cooperativos no contexto local, de maneira a refletir convenientemente a distinta identidade das cooperativas.



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Na sua Recomendação sobre Promoção das Cooperativas, 2002 (OIT Recomendação 193), a Organização Internacional do Trabalho recomenda (entre outras coisas)

- Os Governos devem fornecer uma política de apoio e um quadro legal consistente com a natureza e função das cooperativas e assente nos valores e princípios cooperativos
- A adoção de medidas que promovam o potencial cooperativo nos diferentes países, independentemente do seu nível de desenvolvimento, numa ampla gama de objetivos que incluem a criação de atividades geradoras de resultados e emprego, a capacitação de recursos humanos e o conhecimento da cooperação, o desenvolvimento do potencial de negócio, o aumento das poupanças e investimento, e a melhoria do bem estar social e económico.
- A promoção das cooperativas como um dos pilares do desenvolvimento económico e social nacional e internacional.
- A facilitação pelos Governos do acesso das cooperativas a serviços de apoio, de investimento financeiro e de crédito.





Um dos grandes sucessos do Ano Internacional 2012 foi o despertar das políticas e organismos de regulamentação para a diferença oferecida pelas cooperativas e benefícios que trazem. Há muito aqui para celebrar. Todavia, há que ajudar o legislador e reguladores, se quisermos que tal entusiasmo pela forma de empresa cooperativa se traduza em quadros legais favoráveis que libertem o crescimento cooperativo para benefício de todo o mundo.

Há que frisar de início que a prossecução desta agenda não significa que se esteja a pedir um tratamento especial, subsídios ou favores. As cooperativas são tão dependentes da ajuda governamental como qualquer outra forma de empresa. Nenhuma empresa existe num vazio regulamentar e o crescimento das empresas depende sempre de uma infraestrutura de regras e políticas. Durante a maior parte da sua história, as cooperativas foram bem sucedidas dentro de quadros legais sobretudo concebidos a pensar nas sociedades de responsabilidade limitada. O setor cooperativo não espera ou pede que agora a balança tombe para o seu lado. Procura que Governos e legisladores interiorizem as vantagens económicas potenciais da forma cooperativa³², e um quadro legal apropriado dirigido a uma maior diversidade de formas de propriedade, o que não é presentemente o caso.³³

Zomerrapport Nederlandse supermarkten

1. Peles	7,67
2. Jumbo	7,66
3. Supertoop	7,56
4. De Waard	7,55
5. Digijs	7,49
6. Jan Linders	7,48
7. M.C.D.	7,48
8. Deen	7,46
9. Deen	7,40
10. Boni	7,39
11. NettoMarkt	7,37
12. De Waard	7,36
13. De Waard	7,35
14. De Waard	7,35
15. De Waard	7,35
16. De Waard	7,32

Em 2009, o governo indiano emendou a sua constituição pelo Decreto Constitucional (111º), que fez do direito de formar cooperativas um direito fundamental. A Câmara concedeu ainda o direito de criar uma agência especializada para dirigir eleições nas sociedades cooperativas, segundo as linhas da Comissão Eleitoral.

<http://agricoop.nic.in/cooperation/hpcc2009new.pdf>

O OBJETIVO

Não existe um só modelo para tudo, um quadro regulamentar e legal ótimo para as cooperativas. Legislação sobre o registo cooperativo e sobre como são tratadas em comparação com outras entidades faz parte do sistema jurídico nacional e tem como tal de ser analisado. Por isso melhorias específicas têm de ser identificadas e pressionadas ao nível das nações, recorrendo às Recomendações das Nações Unidas. Contudo, bons sistemas de registo nacionais e enquadramentos regulamentares devem ser festejados e realçados, e organismos nacionais com o apoio da ACI podem envolver-se com os maus para promover a mudança.

Para lá de avaliar a qualidade dos sistemas jurídicos quanto ao registo, o papel da ACI deve ser o de produzir provas do valor público/social e sustentabilidade das cooperativas (ver atrás Sustentabilidade), que reforcem o argumento de reforma governamental para apoio das cooperativas, sobretudo num período de crise orçamental, em que numerosos estados procuram novas formas de segurança social e prestações públicas. Argumento convincente é o de as cooperativas serem mais eficientes que as empresas privadas, uma vez que seja tido em conta o valor 'social', e contribuirão significativamente para o bem comum.

Argumentar assim fornece depois a base para se considerar como é que as existentes leis nacionais se aplicam às cooperativas em diversas áreas, e se o contributo para o bem público nacional justifica um tratamento diferenciado para as cooperativas. Por exemplo, isso pode justificar uma diferença de tratamento em matéria de fiscalidade³⁴, ou nas leis de concorrência e luta antimonopolista. Pode afetar igualmente os regulamentos em aplicação, por exemplo o aumento de capital e as leis relativas a contratos públicos.

A importância deste ponto não deve ser negligenciada, já que atualmente as cooperativas podem ser prejudicadas em relação a outras entidades comerciais. Para dar um

simples exemplo, as leis sobre concorrência antimonopolista foram sendo progressivamente instituídas em numerosos sistemas jurídicos, principalmente para impedir as empresas privadas que operam para benefícios privados de explorar uma posição dominante ou de monopólio, e lesar o interesse das comunidades ao controlarem o acesso a bens e serviços. Mas saber se é justo que essas leis sejam aplicadas do

mesmo modo às cooperativas, criadas por comunidades para assegurar o seu próprio acesso aos bens e serviços, é matéria que deve ser considerada de modo diverso. Outro exemplo é o dos contratos públicos em matéria de outsourcing de serviços públicos: as regras desenhadas para promoção de concorrência aberta e transparente para fornecer tais serviços deverão ter em conta todos os fatores relevantes.



COMO PODEM SER ALCANÇADOS ESTES OBJETIVOS?

AÇÕES POSSÍVEIS E INDICATIVAS

- **Apoio pode ser dado aos responsáveis pelo registo e aos reguladores** mediante a
 - criação de uma Rede Internacional de funcionários de registo e reguladores³⁵
 - desenvolvimento de Linhas de Orientação sobre como aplicar os Princípios.
- **Apoio pode ser dado aos parlamentares nacionais, legisladores e decisores políticos** mediante o estudo comparativo de como as leis se aplicam às cooperativas nos diversos sistemas jurídicos.
 - Por exemplo, em 2009 a ACI Américas publicou um Lei de Bases para os Países Latinoamericanos, atualizando uma anterior versão datada de 1988.³⁶ A Lei de Bases não se quer enquanto modelo a copiar pelos legisladores de outros países. O seu propósito é fornecer orientação em aspetos chave da legislação cooperativa com base na jurisprudência, estudos académicos e direito comparado.
 - Outro exemplo é a recente iniciativa visando criar um grupo de estudos sobre o Direito Europeu das Cooperativas (SGECOL), que se debruçará sobre os princípios do direito cooperativo europeu (PECOL) como primeiro projeto de investigação.³⁷ O objetivo geral do SGECOL é fazer um estudo comparado da legislação cooperativa na Europa, favorecendo a tomada de consciência e compreensão do direito cooperativo no seio das comunidades jurídicas, universitárias e governamentais aos níveis nacional, europeu e internacional. O SGECOL pensa alcançar tal objetivo através de diversas iniciativas sobre legislação cooperativa, começando pela redação dos PECOL.
- Integrar a agenda cooperativa nas **instituições mundiais de desenvolvimento**, como o Banco Mundial, e nos organismos intergovernamentais de definição de políticas, como o G8 e o G20.
- Desenvolver a capacidade para responder às oportunidades criadas para as cooperativas por **acontecimentos e mudanças políticas** mundiais e regionais.

- **Podem ser publicadas provas** sobre as vantagens sociais e públicas das cooperativas. Tais provas e uma base de literatura deveriam ser criadas para apoiar os argumentos de tratamento apropriado das cooperativas pelas legislações nos diferentes sistemas jurídicos e diversos estádios de desenvolvimento económico.

“uma base de literatura deveria ser criada para apoiar os argumentos de tratamento apropriado das cooperativas”

- Como referido atrás no capítulo sobre Identidade, é necessário **estabelecer um «núcleo duro»** do que se pode considerar cooperativa. Isto constitui uma base essencial para garantir um tratamento diferenciado das cooperativas nos sistemas jurídicos nacionais, já que deve haver um sólido laço entre a prova da vantagem social e pública e os critérios mínimos para se ser considerado cooperativa. Tal será indispensável quando, por exemplo, for concedido um tratamento fiscal ou regulamentar diferente às cooperativas, já que doutro modo existiriam reivindicações falsas de admissibilidade. Trata-se de área de tratamento particularmente difícil, como o sublinha um artigo recentemente publicado por António Fici.³⁸
- Um instrumento ou ferramenta deveria ser desenvolvido para **avaliar os quadros legais nacionais** e em que medida permitem e apoiam as cooperativas. Uma classificação dos sistemas jurídicos poderá ser compilada que realce os mais fortes e os mais fracos, uma boa maneira de chamar a atenção para os piores realizadores e para levá-los a negociações com base em fatores demonstráveis.
- Estabelecer um **banco de dados de conhecimento** que meça e demonstre impacto e facilite a transferência de conhecimento.

5. CAPITAL



“ASSEGURAR CAPITAL COOPERATIVO FIÁVEL GARANTINDO O CONTROLO PELOS MEMBROS”

As empresas não podem funcionar sem capital, e as cooperativas não são exceção. Embora tenham capacidade de pedir emprestado (capitais de empréstimo), têm necessidade de financiar as suas atividades a longo prazo, o que as leva a, geralmente, terem necessidade de determinada forma de capital com risco a longo prazo ou de absorção de perdas. O capital cooperativo provém, normalmente, quer dos membros, por intermédio do capital social, quer dos benefícios não repartidos (reservas).³⁹ Por definição, os benefícios não repartidos levam tempo a acumular e não estão disponíveis no arranque da atividade. Historicamente, as cooperativas eram financiadas por depósitos em dinheiro feitos pelos membros, numa época antes de os grandes bancos satisfazerem tais necessidades. Os membros guardavam as suas economias na cooperativa e podiam retirá-las em função das suas necessidades.

O capital social retirável, com exceções limitadas, já não corresponde ao capital necessário. O acesso largamente disponível às instituições e serviços financeiros explica que as pessoas já não precisem da sua cooperativa como valor de refúgio para o seu dinheiro. O capital que se pode retirar de livre vontade no contexto moderno não fornecerá, normalmente, uma base de sustentação suficiente para financiar um negócio. Em muitos sistemas jurídicos, as cooperativas são, pois, confrontadas com um problema em termos de acesso ao capital.⁴⁰

As empresas detidas por investidores levantam capital junto dos que procuram um retorno financeiro. Pode resultar de dividendos, do aumento de valor do capital da empresa num dado período de tempo, ou uma combinação dos dois. Os «fundos próprios» tradicionais oferecem essas vantagens, e assentam no princípio de que a detenção de uma ação confere ao investidor uma parte proporcional do potencial valor do capital da sociedade e uma quota-parte dos benefícios distribuídos sob forma de dividendos.

O capital cooperativo é diferente em relação a ambos esses

“Necessitamos de capital que seja socialmente construtivo e não destrutivo e mais estabilizador que desestabilizador. Necessitamos de capital restrito, limitado e controlado e dirigido para satisfazer necessidades e não a cupidez humana. O capital cooperativo é construtivo, estabilizador e limitado. O mundo precisa de mais capital cooperativo e formas de fazer divergir as poupanças do investimento para o capital cooperativo”

Webb e outros (2010) Capital Cooperativo: O que é e Porque é que o nosso Mundo Precisa dele

princípios.⁴¹ Em primeiro lugar, um membro só pode, geralmente, retirar da sociedade o montante de dinheiro depositado ou subscrito para as partes. Não há, pois, direito a uma parte do valor potencial. Em segundo lugar, se bem que as cooperativas possam pagar interesse sobre o capital, de acordo com o 3º Princípio Cooperativo, os membros recebem uma «compensação limitada, se ela existir, sobre o capital subscrito como condição para a respetiva adesão». Na medida em que os lucros ou os excedentes sejam distribuídos aos membros, essa distribuição é proporcional às trocas dos membros com a sociedade.

Comparado aos fundos próprios de uma empresa, o capital cooperativo não oferece aos investidores vantagens económicas comparáveis. Por isso, não é economicamente atrativo,

e tem pouco interesse para os investidores.

Mas o que as cooperativas têm para oferecer à sociedade no seu conjunto (mais que aos investidores à procura de lucros) é claramente atrativo, se comparado com os mais fortes impactos das empresas privadas, por todas as razões já referidas. Como ultrapassar esse fosso?



QUAL É O OBJETIVO?

É fácil fazer deste assunto algo complexo, técnico, até de certa forma misterioso – a procura do Santo Graal. Essencialmente, envolve fazer corresponder as nossas necessidades enquanto cidadãos em possuir um lugar seguro para guardar o dinheiro de que precisaremos no futuro, com as necessidades das empresas que procuram capitais para se desenvolver e responder às nossas necessidades em constante mudança.

A história dos últimos cerca de 150 anos consistiu em transformar pessoas em investidores. 'Investir' designa geralmente colocar dinheiro num lugar onde se procura obter um melhor rendimento. É a palavra correntemente utilizada para designar o facto de colocar dinheiro em ações de uma sociedade. A maior parte das pessoas nos países desenvolvidos tornaram-se investidores, fosse isso intencional ou não, através das poupanças-reforma e outros produtos financeiros como os seguros fornecidos pelo modelo de acionariado. Maximizar os benefícios das nossas economias é hoje a norma, e tornou-se uma droga. Mas nos últimos quatro anos, a volatilidade económica revelou a fraqueza deste modelo – há hoje uma clara necessidade de algo melhor.

Encontrar um modelo bem sucedido significa não apenas mudar a forma de atuação da empresa criando modelos que, como as cooperativas, parecem ser mais capazes a longo prazo de satisfazer as necessidades humanas; significa também mudar a forma de comportamento das pessoas. Temos todos de deixar de nos comportar como investidores à procura da maximização do lucro; se quisermos um mundo melhor, precisamos colocar os nossos fundos onde forem mais capazes de construir esse mundo melhor. Não o faremos se os colocarmos em fundos participativos.

Se não fosse pelo fato de existir prova poderosa de que as pessoas já estão a mudar a utilização do dinheiro, isto poderia parecer uma proposta desesperadamente

idealista. Mas os comportamentos face à riqueza, ao dinheiro e onde o colocamos estão em dramática mutação - da Giving Pledge (promessa de dom) de Bill Gates e outros 30 bilionários americanos que querem doar pelo menos 50% da sua riqueza à caridade, à resposta dos cidadãos comuns ao tsunami de 2004, ao terremoto e tsunami de 2011 no Japão e outros desastres maiores. Da indignação nas páginas financeiras dos principais jornais ao comportamento e remuneração dos banqueiros, à campanha Move Your Money (mudem o vosso dinheiro), (42) e ao movimento Occupy. Vivemos um tempo de enorme mudança, em que as atitudes populares e a motivação estão a mudar.

Os instrumentos financeiros devem estar sintonizados com as atitudes e motivações atuais. O objetivo é, por isso, o de fazer uma proposta credível para um futuro cooperativo que as pessoas possam reconhecer, compreender e acreditar (ver capítulo 3 atrás), e depois fornecer o mecanismo certo para utilização do seu dinheiro para assegurar esse futuro. Isso significa uma proposta financeira que preveja um retorno sobre o investimento, mas sem destruir a identidade cooperativa, e que permita às pessoas aceder ao seu dinheiro quando dele necessitam. Significa também explorar as opções disponíveis para acesso aos capitais para lá da adesão tradicional, mas sem comprometer o controle exercido pelos membros.

É neste contexto que instrumentos financeiros

apropriados, através dos quais as pessoas possam financiar as cooperativas, são essenciais. É terreno já muito explorado pelas empresas comerciais, mas tempo e energia equivalente não foram aplicados na esfera cooperativa. São necessários instrumentos que ofereçam a faculdade de se colocar e retirar facilmente o dinheiro das cooperativas, e que:

- Ofereçam uma base estável para os negócios da cooperativa
- Ofereçam uma 'saída' adequada para o fornecedor de fundos, num contexto em que um mercado de ações não é realmente apropriado, e
- Não prejudiquem ou comprometam a natureza cooperativa da entidade, incluindo o controle pelos membros e o compromisso com a identidade cooperativa.



COMO PODEM SER ATINGIDOS ESTES OBJETIVOS?

AÇÕES POSSÍVEIS E INDICATIVAS

- Promover e encorajar de modo geral o **financiamento** das cooperativas pelos atuais membros
- Assegurar que as cooperativas tenham uma **clara proposta** para apresentar aos fornecedores de fundos
- Promover uma **troca de ideias e experiências** entre sistemas jurídicos em matéria de capital e instrumentos financeiros
- Desenvolver um **instrumento financeiro** genérico moderno que seja catalogado como capital de risco e responda às necessidades das empresas cooperativas e dos investidores cooperativos
- Desenvolver uma série de variantes ao modelo genérico que se adequem às diferentes dimensões das cooperativas e aos diferentes setores
- Identificar as instituições que podem agir como **agregadoras ou intermediárias** para as empresas (grandes e pequenas) que necessitam de capital
- Utilizar o **Fundo Mundial de Desenvolvimento Cooperativo** para demonstrar que as cooperativas são uma classe de ativos
- Levar a cabo **investigações sobre mudança de atitudes e motivações** no financiamento e para novos instrumentos financeiros
- Rever os riscos e oportunidades criadas pelo uso de filiais e outros **dispositivos de estruturação do grupo**, e a criação de grupos cooperativos ou clusters que respondam à acumulação de capital
- Argumentar que o capital cooperativo é um **modelo de inspiração** se comparado com dívida e capital que procura lucros
- Criar um **índice** específico para medir o crescimento e o desempenho
- Defender **normas contabilísticas** que tenham em conta as características únicas do modelo cooperativo
- Acelerar o **comércio mundial entre cooperativas** através de dispositivos de mediação e de estruturas partilhadas de serviços



CONCLUSÃO



VISÃO 2020: O PLANO DE AÇÃO PARA A DÉCADA COOPERATIVA É DESCARADAMENTE AMBICIOSO

Quando os pioneiros do movimento cooperativo puseram em prática pela primeira vez as suas novas ideias, essas ideias ofereceram uma alternativa às pessoas para satisfazerem as suas necessidades que já não eram satisfeitas pelas empresas tradicionais.

Hoje, todos necessitam dessas ideias. Foi a comunidade mundial que foi abandonada pela maneira tradicional de fazer negócios, em que os lucros e o crescimento são mais importantes que o desenvolvimento sustentável, e o interesse de poucos é mais importante que o interesse de todos.

As ideias cooperativas funcionam, mas a maior parte das pessoas ignoram-no. Por isso o Plano de Ação é um plano ambicioso de clarificação da mensagem cooperativa e sua difusão pela comunidade mundial que, atualmente, não imagina o que ele pode alcançar.

Mas é também um plano ambicioso para equipar os indivíduos com os meios de fazer tudo o que a sua imaginação lhes diz ser possível; e um plano para capacitar todas as pessoas – mulheres e homens, velhos e jovens – para ultrapassar obstáculos que poderiam impedi-los de realizar o que eles sabem ser possível.

O Ano Internacional das Cooperativas foi um catalisador para as cooperativas e pessoas que acreditam na ideia de cooperação. Tornou-se a plataforma de lançamento da Década Cooperativa. O tempo e situação pedem um plano ambicioso, e por isso foi pela ACI adotado este audacioso Plano de Trabalho.

É um documento que a ACI não pode fazer avançar sozinha. A ACI

terá o seu papel a desempenhar, e pretende enfrentar os desafios que se apresentam. Mas para que o Plano de Ação tenha significado e seja efetivo necessita ser retomado e aprovado pelas instâncias nacionais, pelas cooperativas individualmente, e por todas as pessoas que

acreditam na maneira cooperativa de fazer negócio. As cooperativas devem mostrar o caminho intercooperando.

Agora cabe-nos a nós desempenhar o papel de concretizar a Visão 2020.



INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE



A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) é uma organização não governamental, independente, criada em 1895 para unir, representar e servir as cooperativas de todo o mundo. É uma voz global, fórum de conhecimento, assistência e ação coordenada para e sobre cooperativas.

Os membros da ACI são organizações internacionais e nacionais de cooperativas de todos os setores da economia, nomeadamente agricultura, banca, consumo, pescas, saúde, habitação, seguros e trabalho associado. Tem membros de cerca de 100 países, representando 1 bilhão de membros em todo o mundo. 100 milhões de pessoas trabalham nas cooperativas locais.



KELLOGG COLLEGE

O CENTRE FOR MUTUAL AND EMPLOYEE-OWNED BUSINESS

O Centro tem sede em Kellogg, um dos maiores e mais internacionais colégios universitários da Universidade de Oxford. Kellogg College apoia a aprendizagem ao longo da vida da Universidade, dando oportunidades de educação contínua e desenvolvimento profissional de estudantes com percursos concluídos ou em part-time.

Decisores políticos, académicos e cidadãos em geral têm mostrado crescente interesse na abordagem participativa proporcionada pela empresa cooperativa e mútua. No Reino Unido e nas economias mundiais assiste-se a mudanças que reforçam a importância dos setores cooperativo e mútuo, com os seus altos padrões de ética corporativa e responsabilidade comunitária e estratégias sustentáveis de longo prazo. Este novo ambiente oferece uma oportunidade sem precedentes para uma liderança consciente, de base empírica, mas assente em investigação e análises de classe mundial, e validadas por um currículo rigoroso que reflete as necessidades de funcionamento dos setores.

As atividades principais do Oxford Centre for Mutual and Employee-owned Business são pois investigação e desenvolvimento profissional através de cursos à medida e curta duração e programas educativos focados nas necessidades empresariais dos setores

cooperativo e mútuo. Comprometido com o conhecimento aplicado e sua disseminação, o Centro faz conferências, seminários e sessões por convite, promove trabalho em rede e parcerias em e fora de Oxford. São finalidades do Centro:

- Fornecer investigação sobre a performance dos setores cooperativo e mútuo
- Oferecer um curriculum que responda de perto às necessidades das empresas principais e desenvolvimento dos atuais e futuros líderes
- Encorajar debates e novo pensamento cooperativo e mútuo
- Trabalhar com peritos no atual setor cooperativo e mútuo para criar uma rede global entre academia, práticos e decisores políticos



NOTAS

- 1 Resolução A/RES /64/136
- 2 São incluídas: a Conferência 'Promoting the Understanding of Cooperatives for a Better World', coorganizada pela Euricse e a ICA em Veneza (<http://euricse.eu/en/news/venice-2012-final-declaration>); a Dunsany Declaration for Rural Cooperatives (http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/corp_partnership/docs/Dunsany_Declaration_for_Rural_Cooperative_Development_FINAL.pdf); a Resolução da International Cooperative Banking Association (<http://2012.coop/en/media/library/member-publication/resolution-international-co-operative-banking-association2012>); a Declaração da International Summit of Cooperatives in Quebec (<http://www.2012intlsummit.coop/site/communication/declaration/en>); a Declaração Imagine 2012 da International Conference on Cooperative Economics (<http://www.imagine2012.coop/wp-content/themes/twentyten/document/Declaration-Imagine2012%20ICA.pdf>); e a Declaração do International Health Cooperatives Forum (<http://lhco.coop/2012/10/13/quebec-ihcf2012-declaration/>)
- 3 Ver ESPAS (2011) Global Trends 2030: Citizens in an Interconnected and Polycentric World (http://www.iss.europa.eu/uploads/media/ESPAS_report_01.pdf)
- 4 Como explicado adiante no Capítulo 3, usamos "participação" como querendo significar a única forma pela qual os indivíduos são donos da sua cooperativa, e participam democraticamente no seu governo
- 5 Ver Declaração sobre a Identidade Cooperativa
- 6 Cook, J., S. Deakin, J. Michie and D. Nash (2003), *Trust Rewards: realising the mutual advantage*, Mutuo, London; J. Michie and C. Oughton (2002), *Employee Participation and Ownership Rights*, *Journal of Corporate Law Studies*, Vol. 2, No. 1, pp. 143-159; J. Michie and C. Oughton (2003), *HR M, Employee Share Ownership and Corporate Performance*, *Research & Practice in HR M*, Vol. 11, Issue 1, pp. 15-36; J. Michie and M. Sheehan (1999), *No Innovation without Representation? An analysis of participation, representation, R&D and innovation*, *Economic Analysis*, Vol. 2, No. 2, pp. 85-97; and J. Michie and M. Sheehan (2005), *Business Strategy, Human Resources, Labour Market Flexibility, and Competitive Advantage*, *International Journal of Human Resource Management*, Vol. 16, No. 3, pp. 448-468; *International Joint Project on Cooperative Democracy (1995) Making Membership Meaningful: Participatory Democracy in Cooperatives*. Centre for the Study of Cooperatives, University of Saskatchewan; Kurimoto, A. (2010) *Changing Patterns of Member Participation*. In Hasumi et al (eds.) *Consumer Coops in Japan: Challenges and Prospects in Transitional Stage*. Consumer Cooperative Institute of Japan, Tokyo.
- 7 J. Birchall & R. Simmons (2009) *Cooperatives and poverty reduction: evidence from Sri Lanka and Tanzania*
- 8 Pateman, C. (1970) *Participation and Democratic Theory*, Cambridge: Cambridge University Press
- 9 *Cooperatives UK : The UK 's Cooperative Economy 2011* (http://www.uk.coop/sites/default/files/docs/the_cooperative_economy_2011.pdf)
- 10 ESPAS (2011) *Global Trends 2030: Citizens in an Interconnected and Polycentric World* (http://www.iss.europa.eu/uploads/media/ESPAS_report_01.pdf)
- 11 Paul Mason (2012) *Why it's kicking off everywhere: the new global revolutions*
- 12 Cornel West, philosopher, academic and activist (http://www.democracynow.org/blog/2011/9/29/cornel_west_on_occupy_wall_street_its_the_makings_of_a_us_autumn_responding_to_the_arab_spring)
- 13 Ver R. Murray (2010) *Cooperation in the Age of Google*, P. Skinner (2012) *Open Cooperation: Towards a Blueprint for a Cooperative Decade*. R. Murray (2010) *Cooperation in the Age of Google* (<http://www.uk.coop/ageofgoogle>)
- 14 Pestoff, V.A.(1998) *Beyond the Market and State: Social Enterprises and Civil Democracy in a Welfare Society*; Aldershot, UK & Brookfield, NJ: Ashgate
- 15 R. Wilkinson & K. P. Pickett (2010) *The Spirit Level*; London & NY : Penguin
- 16 M. Porter & M. Kramer (2011) *Creating Shared Value*. *Harvard Business Review*, Jan-Feb 2011
- 17 Palavras de abertura da definição na Wikipedia em <http://en.wikipedia.org/wiki/Sustainability>
- 18 J. Michie (2011), *Promoting Corporate Diversity in the Financial Services Setor*, *Policy Studies*, Vol. 32, Issue 4, pp. 309-23
- 19 Ver W. Lazonick & M. O'Sullivan (2000) *Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance*. *Economy & Society*, Vol. 29, No. 1, pp. 13-35
- 20 Ver H. Hesse & M. Chihak (2007) *Cooperative Banks and Financial Stability*, IMF; G. Ferri (2012) *Credit Cooperatives: Challenges and opportunities in the new global scenario*. EUR ICSE Working Paper No. 032/12. See H. Hesse & M. Chihak (2007) *Cooperative Banks and Financial Stability*, IMF <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2007/wp0702.pdf> ; G. Ferri (2012) *Credit Cooperatives: Challenges and opportunities in the new global scenario*. EUR ICSE Working Paper No. 032/12 <http://euricse.eu/en/node/2044>
- 21 Ver Ownership Commission (2012) *Stewardship, Diversity & Plurality*. (http://ownershipcomm.org/files/ownership_commission_2012.pdf)
- 22 Ver R. Putnam (2000) *Bowling Alone*; London & NY : Simon & Schuster references | 40

- 23 Para os exemplos italianos, ver www.euricse.eu, Para os Japoneses, ver Pestoff V.A. (2008) *A Democratic Architecture for the Welfare State*, Chapter 7, Routledge; Kurimoto, A. (2003) 'Cooperation in Health and Social Care: Its Role in Building Communities', Mark Lyons and Samiul Hasan (Eds.) *Social Capital in Asian Sustainable Development Management*, Nova Science Publishers Inc, New York.
- 24 Resolução da ONU 56/114 adotada em dezembro de 2001 (http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/56/114)
- 25 ILO Cooperative Branch (2012) *Sustainable Energy Cooperatives* (draft), Geneva
- 26 Para rever alguns destes ver G. Mulgan (2010) 'Measuring Social Value'. *Stanford Social Innovation Review*; New Philanthropy Capital (2012) *Principles into Practice: How charities and social enterprises communicate impact*.
- 27 Ver, por exemplo, L. Saisset et al (2011) *A Cooperative Performance Measurement Proposal*, Working Paper Moisa 2011-3
- 28 J. Quarter et al. (2007) *What Counts: Social Accounting for Nonprofits and Cooperatives*, London: Sigel; Bouchard, M. J (2009) (ed.) *The Worth of the Social Economy: An International Perspective*. Brussels: Peter Lang.
- 29 Promoting the Understanding of Cooperatives for a Better World (March 2012)
- 30 Resolução aprovada pela Assembleia Geral em 19 de dezembro de 2001, *Cooperatives in social development*, A/RES /56/114 no seguimento do Relatório do Secretário geral sobre Cooperatives in social development distribuído em maio de 2001
- 31 A OIT publicou uma revisão das Guidelines for the Cooperative Legislation by Hagen Henry 2nd revised edition 2005 (http://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS_094045/lang--en/index.htm)
- 32 É também a base da Resolução da ONU 56/114 solicitando aos governos e outros organismos relevantes para utilizar e desenvolver totalmente 'o potencial e contributo das cooperativas para alcançar os objetivos de desenvolvimento social, nomeadamente a erradicação da pobreza, a geração de emprego pleno e produtivo e a melhoria da integração social.
- 33 Este o argumento apresentado recentemente no contexto britânico pela Ownership Commission. Ver Ownership Commission (2012) *Plurality, Stewardship & Engagement*.
- 34 O exemplo do bem sucedido argumento apresentado à Comissão Europeia pelo Governo norueguês, de que a ajuda às cooperativas era compatível com a legislação sobre Ajudas públicas, fornece um precedente de como os benefícios às cooperativas podem ser explicados aos reguladores.
- 35 Similar ao Competition Network for antitrust regulators
- 36 ACI Americas (2009) *Framework Law for the Cooperatives in Latin America* (http://www.aciamerica.coop/IMG/pdf/Libro_Marco_Leyes.pdf)
- 37 EURICSE Working Paper N. 024/12 New Study Group on European Cooperative Law: Principles Project (<http://www.euricse.eu/en/node/1963>)
- 38 EURICSE Working Paper N.023/12 Cooperative Identity and the Law, Antonio Fici (<http://www.euricse.eu/en/node/1962>)
- 39 Financiamento é também dado por instituições cooperativas de financiamento, incluindo bancos
- 40 Ver, por exemplo, NCBA (2011) *National Cooperative Investment Capital Fund Information Memorandum For Pre-Fund Working Capital*
- 41 Webb and others (2010) *Cooperative Capital: What it is and Why our World Needs it* (http://euricse.eu/sites/euricse.eu/files/db_uploads/documents/1281102442_n626.pdf)
- 42 10m contas bancárias saíram dos maiores bancos dos EUA desde 2010, no seguimento da campanha the Move Your Money, e as Caixas de Poupança e Crédito dos EUA receberam enormes negócios em consequência, fazendo com que 30% da atual população pertença agora a cooperativas de poupança e crédito (aumentou de 89m em 2008 para 94m atualmente). [csmonitor.com: 'Cooperative businesses provide a new-old model for job growth' 02/04/2012] (<http://www.csmonitor.com/World/Making-a-difference/Change-Agent/2012/0402/Cooperative-businesses-provide-a-new-old-model-for-job-growth>)

FOTOS

Capa e páginas 1, 21: Coop Italia

Páginas 3, 14: Cooperative Group, UK

Páginas 5-6, 19: Coop Sweden

Página 12: IFF CO (Indian Farmers Fertiliser Cooperative): Phulpur, Uttar Pradesh, India

Página 16: Midlands Cooperative, UK

Página 20: Eroski, Spain

Página 23, 27, 33-34: Coop Nederland

Página 31: Desjardins, Canada

Páginas 9, 35: Mondragon, Spain (@Lydie Nesvadba for CECOP - CICOPA Europe)

DECLARAÇÃO SOBRE A IDENTIDADE COOPERATIVA

DEFINIÇÃO DE COOPERATIVA

Uma cooperativa é uma **associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente**, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida.

VALORES COOPERATIVOS

As cooperativas baseiam-se em **valores de ajuda e responsabilidade próprias, democracia, igualdade, equidade e solidariedade**. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos **valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos outros**.

PRINCÍPIOS COOPERATIVOS

Os princípios cooperativos são as **linhas orientadoras** através das quais as cooperativas levam à prática os seus valores.

1º PRINCÍPIO: ADESÃO VOLUNTÁRIA E LIVRE

As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades de membro, sem discriminações de sexo, sociais, políticas, raciais ou religiosas.

2º PRINCÍPIO: GESTÃO DEMOCRÁTICA PELOS MEMBROS

As cooperativas são organizações democráticas geridas pelos seus membros, os quais participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres que exerçam funções como representantes eleitos são responsáveis perante o conjunto dos membros que os elegeram. Nas cooperativas do primeiro grau, os membros têm iguais direitos de voto (um membro, um voto), estando as cooperativas de outros graus organizadas também de uma forma democrática.

3º PRINCÍPIO: PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA DOS MEMBROS

Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os cooperadores, habitualmente, recebem, se for caso disso, uma remuneração limitada, pelo capital subscrito como condição para serem membros. Os cooperadores destinam os excedentes a um ou mais dos objetivos seguintes: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; benefício dos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

4º PRINCÍPIO: AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

As cooperativas são organizações autônomas de entreajuda, controladas pelos seus membros. No caso de entrarem em acordos com outras organizações, incluindo os governos, ou de recorrerem a capitais externos, devem fazê-lo de modo a que fique assegurado o controle democrático pelos seus membros e se mantenha a sua autonomia como cooperativas.

5º PRINCÍPIO: EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores, de modo a que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Elas devem informar o grande público particularmente, os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6º PRINCÍPIO: INTERCOOPERAÇÃO

As cooperativas servem os seus membros mais eficazmente e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º PRINCÍPIO: INTERESSE PELA COMUNIDADE

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros.